

A PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL: A NARRATIVA DAS MULHERES DO QUILOMBO DE MATA CAVALO.

MANFRINATE, Rosana - rosmanfrinate@gmail.com
SATO, Michèle - michelesato@gmail.com

Resumo: Abertura do campo epistemológico da pesquisa em Educação Ambiental tendo como sujeito das pesquisa comunidades tradicionais como as Mulheres quilombolas de Mata Cavallo de Mato Grosso se utilizando de metodologia como história oral, privilegiando assim a narrativa dessas comunidades em revelando a cultura, a história e resistência como forma de construir saberes ligados a natureza e ao território que ocupam. Em Mata Cavallo, as mulheres narram suas vidas, seus conhecimentos de quilombolas, dentro do seu território de origem, no momento crucial pelo qual estão passando, e a dificuldade do reconhecimento do lugar como de sua propriedade legítima. O debate científico então, deve ser feito no entendimento das particularidades considerando que existe mais de um saber cultural, observando sua subjetividade, se desvencilhando de preconceitos e verdades preconcebidas. Entendendo o movimento que essa comunidade faz para alcançar a cidadania e a sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Mulheres Quilombolas, História Oral

Abstract: Opening of the epistemological field of research in environmental education as a subject of research with traditional communities as Women maroon Forest Horse Mato Grosso is using oral history as methodology, thus privileging the narrative of these communities reveals the culture, history and resistance as way to build knowledge related to nature and the territory they occupy. In Mata Cavallo, women narrate their lives, their knowledge of former slaves, within their home territory, at the crucial moment at which they are passing, and the difficulty of recognizing the place as its rightful property. The scientific debate then should be done in understanding the particular considering that there is more of a cultural knowledge, noting their subjectivity, getting rid of prejudices and preconceived truths. Understanding the movement that makes this community to achieve citizenship and sustainability.

Keywords: Environmental Education, Women Quilombola, Oral History

Para se tecer considerações sobre qualquer pesquisa em Educação Ambiental, justificando esse ou aquele caminho metodológico a seguir, há de se primeiro, entender as grandes dimensões que se pode alcançar com o conceito “Educação Ambiental” e qual deles se pretendem focar na pesquisa.

Até bem pouco tempo atrás as pesquisas em Educação Ambiental eram pontos difusos, sem um referencial teórico adequado, entretanto a partir da década de 90 houve um grande crescimento científico nessa área com o surgimento de trabalhos acadêmicos e formação específica de titulados tanto em *lato* como em *strictu sensu*. Esses novos trabalhos e pesquisadores reformularam e ampliaram a visão da concepção de Educação Ambiental, antes muito focada apenas na natureza e nos movimentos de “conservacionismos extremos” e o “mito da natureza intocada”, para uma percepção social adequada a dimensão ambiental. Assim se exigiu um amplo debate sobre as bases de sustentação do pensamento de Educação Ambiental, abrindo cada vez mais seu campo epistemológico. (SATO, 2007)

A partir dessa abertura de novos campos a professora Michèle Sato(2003) mostra um entendimento de Educação Ambiental como compreensão do mundo conectado com seu todo, ultrapassando seu caráter de disciplina das ciências biológicas. Portanto se relacionam em entre si o sujeito biológico, antropológico histórico e sociológico, num diálogo aberto, com trânsito livre que circunda as diversas fronteiras da interações entre eu-outro-mundo. Com uma visão fenomenológica Sato afirma que

a natureza nunca pode ser separada daquele que a percebe, ela nunca pode existir efetivamente em si, pois suas articulações são as mesmas de nossa existência, ela se estabelece no fim de um olhar ou término de uma exploração sensorial que a investe de humanidade.(SATO,p.26,2003)

Carlos Loureiro apresenta da Educação Ambiental pois a entende como:

uma práxis educativa e social que tem a finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais, individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza(Loureiro,p.69.2005)

Essas duas falas demonstram em seu pensamento a indissociação do indivíduo e natureza, levando em conta suas relações e pertencimentos, buscando também essa concepção de Educação Ambiental, a sua fundamentação teórica no legado de Paulo Freire, apesar de que ele jamais tenha trabalhado sobre esse tema, entretanto o que a pesquisa e as ações pedagógicas que trilham esse caminho buscam é a práxis teórica de Freire para refletirmos sobre o ético, o político e o pedagógico no ato de ensinar e aprender. Afinal como não trabalhar com a pedagogia do oprimido quando nos deparamos com a destruição da natureza e do ser humano, que não só muitas vezes olhamos passivos, mas também contribuimos em nome de um desenvolvimento obscuro que não alcança a todos, que descaracteriza a terra, nos desumanizando, formando cada vez mais levas de excluídos e oprimidos.

A grande maioria das universidades que tem em seus programas de pós-graduação linhas de pesquisa de Educação Ambiental, seguem por essa fundamentação teórica, que tem cada vez mais ganhado espaço dentro do cenário acadêmico. O objeto de estudo desses grupos são geralmente comunidades tradicionais, Biorregionais e movimentos sociais e que por vezes tomam o sentido de militância. Evidenciando assim, a dimensão política da Educação Ambiental, que diz respeito ao entendimento da identidade social e cultural de uma comunidade e a luta por o seu território, onde tem

suas raízes, seus significados simbólicos, através do manejo de suas práticas com a natureza sendo impossível manter suas tradições sem o local em que vivem. (Sato&Passos,25, 2003).

O pesquisador que se propõe a pesquisar essas comunidades no campo da Educação Ambiental tem que ter definido qual a educação que ele acredita e que vai servir de pano de fundo para seu trabalho, pois isso será essencial para a definição de sua metodologia. Se a Educação Ambiental que o pesquisador diz se pautar é essa próxima aos movimentos sociais, que usa pressupostos da Educação Popular Freiriana que leva em consideração o dialogicismo, a diversidade, ou diferentes saberes, então jamais poderá ser uma metodologia fechada com tratamento de dados com predominância quantitativa, com uma visão tradicional tanto da sociedade como sobre pesquisa.

Por metodologia tradicional entenderemos aqui como os métodos que não diversificam suas fontes de pesquisa, não conhecem in locus a situação a ser pesquisada, observando seu objeto de pesquisa como se fosse uma vitrine sem dinamismo em seu cotidiano, onde as peças fossem arrumadas de acordo com a moda vigente. Como alternativa para o tradicionalismo, muitos grupos de Pesquisa em Educação Ambiental, optam por usar a metodologia da Pesquisa Participante, pois essa metodologia vem ao encontro do caráter político e de intervenção social-pedagógica desejados pela Educação Ambiental. Para Brandão (2001) a participação como metodologia não é só uma tentativa do cientista em conhecer melhor a cultura que pesquisa, mas ela determina um compromisso do projeto científico com o projeto político dos grupos populares.

É importante ter como foco que tanto a quebra com a metodologia tradicional e o uso da pesquisa participante ou outra forma de trabalhar a pesquisa em Educação Ambiental, não dispensa o rigor metodológico que todo pesquisador deve usar. Não se deve perder de vista a seriedade do trabalho, a devida formulação científica e a segurança teórica. Induzir resultados ou forjar situações para comprovar a “opressão” sofrida por um determinado grupo não ajuda em nada a produção do conhecimento, pelo contrário o reduz a qualquer coisa. Ao colocar palavras na boca de quem deveria ter a audiência, deixamos que a pesquisa continue obscura.

Todo essa introdução a cerca dos cuidados e percalços diante da pesquisa em Educação Ambiental é necessária, pois será a partir desses pressupostos entendidos que se deve definir o caminho metodológico a ser seguido. Nesse caso aqui específico o objeto de estudo diz respeito a entender como se constroi historicamente as relações de poder entre as mulheres do quilombo de Mata Cavallo e como isso pode ser inserido no contexto de educação ambiental.

Mata Cavallo, ainda hoje, luta para o reconhecimento e posse definitiva da terra. Essa comunidade se localiza no estado de Mato Grosso, próximo à rodovia MT-60. Pertence ao município de Nossa Senhora do Livramento. Possui 11.722 hectares e é dividido em seis associações distintas matriculadas em cartório: Mata Cavallo de cima; Ponte da Estiva; Ventura Capim Verde; Mutuca; e Mata Cavallo de Baixo, formando o complexo Quilombo Boa Vida Mata Cavallo (SATO et al.,2008).

Mata Cavallo foi reconhecido pelo Decreto Presidencial de 05 de novembro de 2007, após ter sido elaborado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e a ata nº 24 da reunião do Comitê de Decisão Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCR/MT, embasadas no laudo antropológico financiado pela Fundação Palmares para o Mapeamento e Sistematização das Áreas de Comunidades Remanescentes de Quilombo. Mesmo com o reconhecimento ao direito à terra garantido juridicamente, ainda hoje os herdeiros lutam pelo seu reconhecimento e posse definitiva, pois existe uma forte contestação por parte dos fazendeiros da região

em aceitá-los como verdadeiros donos da terra. Para espoliá-los variam os métodos como atos de intimidação e violência sendo usado até aparato policial para isso.

O quilombo de Mata Cavalo não se enquadra na definição clássica de quilombo, alçada na idéia de fuga e isolamento geográfico. Mas num conceito mais amplo usado contemporaneamente que designa uma herança cultural e material que os insere a um território e integra sua identidade, não dependendo assim somente de comprovação biológica da raça ou arqueológica da ocupação das terras (CHAGAS, 2001). O quilombo vive uma situação um tanto quanto problemática, já que existe uma forte contestação por parte dos fazendeiros da região em aceitar os descendentes dos antigos quilombolas como verdadeiros donos da terra e que para espoliá-los utiliza-se de vários métodos: como atos de violência, intimidação usando até do aparato policial para isso.

Mas uma característica destaca muito nesse universo: a liderança das mulheres em Mata Cavalo. São elas que lideram os movimentos, que enfrentam os fazendeiros e que vão justiça quando necessário. Mostrar que apesar de todas as dificuldades que essas mulheres passam, e por todos os preconceitos que sofrem, elas ainda conseguem fazer o movimento contrário e se unir para fazer valer sua luta, sua cultura e sua identidade, é algo importantíssimo do ponto de vista acadêmico, social, cultural, histórico para pensarmos e repensarmos a forma como fazemos educação, políticas públicas e construção de cidadania.

Por essa razão a Educação Ambiental é uma linha que devo utilizar como regente nessa caminhada pesquisadora. E sempre no sentido de valorizar a união entre o ser e o meio, entendendo suas dimensão sociais, políticas e naturais. Nesses termos nos apoiamos em Loureiro, entendendo que:

A educação ambiental não se refere exclusivamente às relações vistas como naturais ou ecológicas como se as sociais fossem a negação direta destas, recaindo no dualismo, mas sim a todas as relações que nos situam no planeta e que se dá em sociedade – dimensão inerente à nossa condição como espécie (Loureiro, 2004: 79).

Quando apreciamos Mata Cavalo com esse olhar da Educação Ambiental, entendemos qual é essa interligação entre as dimensões sociais, políticas e naturais. O quilombo sofreu durante anos com invasões, tanto de fazendeiros quanto de garimpeiros, que acarretaram desmatamento, erosão e uma atual falta de água. O riacho que dá nome ao quilombo não serve para o abastecimento doméstico devido ao assoreamento ocorrido por causa da invasão do gado na mata ciliar, das constantes utilizações de mercúrio para a procura de ouro, e os poços perfurados são destruídos por tratores a cada despejo que ocorre. No quilombo não existe coleta pública de lixo, na maioria das vezes faz-se uso do fogo como uma alternativa para descarte dos resíduos, o que acarreta um ar mais poluído durante o período da seca que vai de maio a outubro nessa região de cerrado em Mato Grosso.

Mas o que é relevante entender é que, ligada a essa degradação ambiental, há o histórico descaso por parte das autoridades em criar políticas públicas que melhorem as condições de vida para a comunidade. “A desigualdade ambiental é uma das expressões da desigualdade social que marca a história do nosso país” (ACSELRAD, 2005.p.43).

Essa desigualdade ambiental pode ser entendida também com o termo “racismo ambiental” que foi cunhado no bojo do ato corajoso do reverendo Benjamin Chavis que em 1982 tentou frear o descarregamento de uma substância tóxica, o PCB (polychlorinated-biphenyl) num bairro periférico do estado americano da Carolina do Norte, bairro onde a maioria da população era negra. “Essa manifestação resultou nas prisões dos manifestantes. Entretanto serviu para levantar essa questão e um mapeamento foi feito nos Estados Unidos da América para localizar e explicitar como a

camada menos favorecida da sociedade americana era atingida pelos danos ambientais causados tanto pela agricultura como pela industrialização” (SATO et ali.2008 p.03).

As discussões sobre esse assunto não se encerraram, e quase uma década mais tarde o conceito de “Racismos Ambiental” se comunga com o novo termo “Justiça Ambiental”, o que o transforma num conceito mais amplo, mostrando os riscos ambientais aos quais a comunidade mais vulnerável sócio-economicamente está exposta. Formando uma rede “multicultural, multirracial e internacional, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores e trabalhadoras, igrejas e intelectuais” (ACSELRAD,2005.p.45). No Brasil essa rede se materializa na Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), criada em 2001 tendo como um elo em Mato Grosso o GPEA, que contribui aliando a pesquisa à militância, alicerçando-se no campo pedagógico que constrói conhecimento com diálogos de saberes sem esquecer-se do lado político. (SATO et ali.2008 p.05). Longe de ser apenas mais uma disciplina jurídica, a Justiça Ambiental é construída na vida social como considerado por Acselrad:

A noção de justiça ambiental exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social em sentido amplo Este processo de ressignificação está associado, por certo, a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis (ACSELRAD, 2004.p.219).

O conceito de Justiça ambiental apresenta ainda um conjunto de princípios e práticas que apontam para caminhos por onde devem seguir os movimentos em defesa da equidade sócio-ambiental. São vários princípios e todos muito importantes, porém tratarei aqui apenas de dois destes princípios que acho essenciais para esta pesquisa, já que eles estão ligados ao tema pesquisado e à visão de Educação Ambiental que quero alcançar com este trabalho.

Estes princípios demonstram que as lutas por justiça ambiental estão ligadas a:

- 1) Defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos – comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado;
- 2) Defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado.

Escolhi salientar estes dois princípios por entender que eles refletem o que ocorre em Mata Cavalão. A comunidade tem dificuldades em conseguir água e o solo não é seguro no sentido de que eles ainda não têm garantia total sobre a terra, o que os faz mudarem de lugar constantemente. O quilombo também sofre pressão por estar na fronteira da expansão capitalista representada pelos fazendeiros de gado que precisam das terras para a formação de pastos. Suas heranças cultural e histórica são constantemente ameaçadas com os despejos, pois o que os faz serem quilombolas é a memória do local no qual vivem; o seu território de direito e pertencimento. E esse território deve estar em condições que oportunizem dignidade e cidadania a todos que lá habitam.

Ao enveredar por esta pesquisa entendi que não encontraria os elementos que me ajudariam a compreender e a responder ao objetivo desse trabalho em documentos oficiais, pois as respostas que eu precisava estavam nas ações do cotidiano, nas conversas, reuniões da associação para se discutir sobre a questão da legalização da terra, nas visitas de comadres e, principalmente, repassada através da história e da memória das mulheres quilombolas. Para a pesquisa é mais importante ver o que não é

mostrado, o que não é explicitado, entender por qual percurso histórico foi construída a liderança de Dona Tereza e até que ponto esse poder é aliado da educação como formação política para o reconhecimento cultural desse povo.

Entenderemos aqui formação política e educação no sentido freiriano, onde não podemos mais pensar após Paulo Freire apenas numa Educação entre os muros da escola como “um universo preservado assim como não foi mais possível pensar a sociedade sem a luta de classe após a dialética de Marx” (GADOTTI,2003,p.05).

Assim o diálogo é aberto sobre as histórias de vida, e não apenas no seminários dentro da escola (op.cit,p.04), num ato político pedagógico dentro da comunidade com reflexões feitas sobre suas próprias histórias.

A educação que se pretende entender aqui não acontece dentro dos muros da escola, não está registrada nos diários de sala e nem tão pouco são números das estatísticas do Ministério da Educação, mas ela está nas ações do cotidiano, nas conversas, reuniões da associação para se discutir sobre a questão da legalização da terra, está nas visitas de comadres e é principalmente repassada através da história e da memória dessas mulheres. Diante disso, para a pesquisa é importante ver o que não é mostrado, o que não é explícito. Entender por qual percurso histórico foi construído o poder das líderes e até que ponto esse poder é aliado da educação como formação política, no sentido de empoderamento para o reconhecimento cultural desse povo.

Como não estamos falando aqui de história oficialmente construída, com relatos em atas, mas de pessoas que vivem em seus universos ligados a sociedade como um todo, mas que também adquirem momentos de universos isolados com características próprias de resistência e construção, que não são dissociados das grandes questões globalizantes do mundo, mas que não se explicam apenas por elas, a opção de metodologia adotada foi a História Oral

Consideramos portanto, que a pesquisa em Mata Cavalo, à luz da Educação Ambiental se propõe a escutar, conversar, reviver o saber e o conhecimento dessas mulheres que sofrem, mas que não se entregam a esse sofrimento e estão sempre dispostas a luta e aos embates, sem abrir mão dos seus pequenos prazeres: as festas dos santos, o cururu, siriri e festas de aniversários, as conversas com os companheiros.

A escolha dessa metodologia se explica pelo fato de querer mais que mensurar ou descrever e generalizar os dados levantados em campo. Mas há um desejo de explorar, mergulhar nos casos, sentidos e emoções. Lidar com dados inesperados e ao mesmo tempo tão enriquecedores para a pesquisa, reconhecendo as mulheres de Mata Cavalo como sujeitos da história que produzem sabedoria.

Já vai longe o tempo em que, obrigatoriamente, uma pesquisa em história para se firmar como produção do pensamento científico deveria conter o embasamento do método Rankeano tradicional¹, que considerava conhecimentos históricos científicos apenas os dados retirados dos documentos oficiais escritos. Essa posição tradicional negligenciou outros tipos de evidências e de fontes, relegou o período antes da invenção da escrita como “pré-história”, atribuiu à história da humanidade apenas o sentido político do poder elitizado, pois só eles tinham registros oficiais, e ignorou a vida cotidiana dos homens e mulheres simples. (BURKER,1992.P.13).

Ranke e seus postulados sobre as fontes históricas pertenciam à escola positivista do final do século XIX, faziam jus a entrada da história no rol do estatuto de

¹ Leopold Von Rank (1795-1886), historiador alemão que defendeu com muito sucesso que a história deveria ser buscada apenas em registros oficiais emanados do governo e guardados com rigor em arquivos para que fossem preservados. Para ele a História era objetiva, e a tarefa do historiador era apresentar os fatos tais como eles aconteceram, sem tendências viciosas.(BURKE,1992)

ciências. A grande valorização do documento como garantia da objetividade excluía a noção de intencionalidade tanto na ação estudada quanto no historiador. Até o nome “documento” foi recuperado do antigo Império Romano, que se remetia a “provas jurídicas”, para os positivistas o sentido conservado foi o de prova, mas, neste contexto com sentido de prova científica (CARDOSO,1997.P.14).

As críticas a essa postura positivista tiveram início no começo do século XX e vários foram os motivos que levaram os historiadores a modificarem o modo de pensar e entender a história. Entretanto, podemos buscar as razões na grande crise que assolou o mundo no período entre 1914 a 1930, quando deflagrou-se a I Grande Guerra, conflito de proporções jamais visto no mundo, além da ocorrência da Revolução Russa (1917), que colocou fim a uma dinastia imperial implantando um governo operário, e a queda da Bolsa (1929), que mostrou que o capitalismo poderia ser falível. Tudo isso apontou para a decadência de uma visão histórica que, apesar de ser embasado em documentos oficiais, se interessar pela política e seus debates, foi incapaz de apontar para o futuro funesto pelo qual passaria o mundo nesse período. (DOSSE, 1994)

As grandes certezas do mundo eram contestadas, a Europa estava enfraquecida e ameaçada tanto no novo mundo quanto nas suas colônias na África e Ásia, a mensagem universal do eurocentrismo caminhava para a superação, mesmo que a passos curtos, mudando também o discurso dos historiadores, que se viram em um mundo de múltiplas culturas e situações as quais poderiam se voltar. Nas palavras de François Dosse foi o momento para a “*Clio Revisitada*” (DOSSE,1994.p.07).

Essa mudança na forma de ver o mundo se refletia na forma de se pesquisar e escrever a história que continuava com o caráter de ciência, mas agora era uma ciência em construção. Isso mudava o foco de “história narração”, para uma “história-problema” havendo a necessidade de formulação de hipóteses de trabalho e pesquisa, assim como o intenso debate com as ciências sociais sem delimitar fronteiras entre elas.

A síntese explicativa de história global social tem que mostrar a sua vinculação entre a economia, poder e mentalidade,entre preocupação com espaço e com a geografia humana e com a pluralidade dos níveis de tempo: curto, médio e longa duração, e a história vista como “ciência do passado” e “ciência do presente” ao mesmo tempo, permitindo ao historiador (sujeito de seu tempo) entender melhor o conhecimento de outros períodos. E talvez um dos pontos mais importantes: uma menor ênfase nas fontes escritas, mesmo que elas continuem a ser as principais fontes usadas por esses historiadores, favorecendo a ampliação do uso da História Oral, da arqueologia, da iconografia etc.

Dessa forma a História Oral se fortalece como fruto de debates que não apareceram ao acaso, mas por meio de discussões que foram feitas ao longo dos anos, passando por diversos processos sociais (revoluções, movimentos), erros e acertos teóricos e desafios acadêmicos. Atualmente existe a possibilidade da pesquisa que permite que as entrevistas realizadas com as mulheres de Mata Cavalo sejam consideradas fontes oficiais de estudo dentro da perspectiva da construção epistemológica da educação Ambiental no que tange a identidade cultural da comunidade. Elas falam por si e mostram suas preocupações, conflitos e memórias do ambiente e território em que vivem.

Do ponto de vista da Educação Ambiental, parece fundamental que se possibilite a indivíduos pertencentes a segmentos sociais, geralmente excluídos da história oficial, voz e escuta, deixando registrada para a análise

² Clio - Musa Grega (HOUAISS,2001) que representa a História. O historiador francês François Dosse (1994) se utiliza da metáfora “Clio Revisitada” para fazer inferência às mudanças ocorridas no século XX, de conceitos, sujeitos e fontes utilizadas até então pela historiografia mudando assim o foco da história, antes de história narração para história problema.

futura sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem. Oportuniza um movimento para que estes segmentos sociais falem por si mesmos, expressando a originalidade de sua visão de mundo. O depoimento oral assume e confere ao sujeito a livre expressão e seu papel de centralidade no ato de narrar história (RUSCHEINSKY, 2005.p.142).

Os termos contidos no texto como “voz” é “depoimento oral”, foram mantidos por se tratar de uma citação direta sendo então necessário respeitar a escrita do autor. Entretanto, em algumas releituras de História Oral se utilizamos o termo “audiência” ou “entrevistas” respectivamente, por acreditar que esses termos ainda possuem resquícios do período da ditadura como explicado mais a frente.

No Brasil a História Oral começa a ser utilizada na década de 70, inicialmente com alguma resistência por parte dos pesquisados. Segundo Meihy (2007), isso se deve ao fato de que nunca tivemos uma democracia plena e contínua. Num país com regime autoritário, que usava da censura e tortura para se prevalecer no poder, falar passou a ser algo arriscado, seria mais prudente o silêncio, entrevistas espontâneas que evidenciavam a memória e a interpretação popular dos fatos perderam lugar para os inquéritos policiais e depoimentos. Todavia, com a abertura política no começo da década de 80, há toda uma movimentação dos que sentem necessidade de falar, de registrar a memória dos tempos difíceis. A repressão militar, no intuito de silenciar, deixou latente o germe da História Oral vibrante com comprometimento político e contestatório.

A entrevista não é a história oral, e sim seu primeiro passo. O historiador tem a função de distinguir o que de individual tem relevância para o social na pesquisa, é ele, em última instância, que recriará a narrativa transformando-a em um texto escrito. Ele organiza sentidos, facilita a leitura e reagrupa fragmentos de história que até poderiam já ter sido contadas, mas nunca como o historiador faz. Assim, a cientificidade está na narrativa coerente e completa, com a interlocução das subjetividades do historiador. Fazer História Oral não é apenas dizer com outras palavras as falas dos entrevistados, mas estabelecer um diálogo possível com a ciência.

Esse diálogo da pesquisa deve ser científico, mas não com o peso da cientificidade moderna³, e sim com a beleza e o respeito ao outro que narra, conforme vislumbra a Educação Ambiental. Em Mata Cavalo, as mulheres narram suas vidas, seus conhecimentos de quilombolas, dentro do seu território de origem, no momento crucial pelo qual estão passando, e a dificuldade do reconhecimento do lugar como de sua propriedade legítima. O debate científico então, deve ser feito no entendimento das particularidades considerando que existe mais de um saber cultural, observando sua subjetividade, se desvencilhando de preconceitos e verdades preconcebidas.

(...) reivindicamos um texto à Educação Ambiental, circunscrito e referenciado ao contexto de seus sujeitos. (...) A vida, os trabalhos, a pesquisa, a fala, enquanto textos, têm que ser um compromisso enfático com o “outro”, com o cuidado de não cair na tentação de reduzi-lo a nós mesmos, fazendo-o ‘à nossa imagem e semelhança’. Admirá-lo enquanto outro: ele não é uma mesmice: uma extensão de nós mesmos. Respeitá-lo em sua singularidade, em sua temporalidade própria. Referir no texto escrito sua singularidade, é referi-lo em sua diferença e em alteridade sem fagocitá-lo a uma pretensa entidade monádica. Compreendê-lo como ser-no-mundo na densidade do vivido, na necessidade e no desejo. (PASSOS & SATO, 2005. p.216)

Ignorar os saberes dessas mulheres de Mata Cavalo, a singularidade contida em suas narrativas, significa o mesmo que continuar relegando-as ao esquecimento.

³ No sentido cartesiano do ataque permanente à tradição, eliminando a possibilidade de uma educação ambiental com uma dimensão histórica e ético-política (GRÜN, 2007,75)

Impondo aos seus mundos o que Boaventura Santos (2007) entende como “a ausência de conhecimento”.

Em seu arcabouço teórico Boaventura explicita que essa ausência de conhecimento é criada pela redução da diversidade da realidade, de que o que não existe na nossa realidade, no nosso mundo limite, é constituído como não existente, tornando-se uma alternativa não-crível. Para ele existem cinco modos de produzir ausências em nossa racionalidade. Ele se utiliza da metáfora da monocultura para explicitá-los. A primeira é a “monocultura do saber e do rigor, e a ideia que só o saber científico é o verdadeiro saber”, desprezando os conhecimentos alternativos dos camponeses, indígenas, e das diversas comunidades. A segunda forma é e a “monocultura do Tempo Linear”, é a ideia de que a história tem um tempo, sentido e direção determinado e que os países desenvolvidos é que estão à frente. A terceira monocultura é a da naturalização das diferenças, onde se acredita que quem são inferiores o são pela própria natureza das coisas. A quarta monocultura é a da “escala dominante” que, historicamente, teve dois nomes: primeiro de universalismo e depois de globalização e coloca o universal sobre o local. A última monocultura é a do “produtivismo capitalista”, e a ideia de crescimento econômico mensurado no ciclo de capitalização determinado pelo trabalho humano.

Para Boaventura Santos essas formas de criar ausências deixam de fora muitas experiências sociais, por meio do que ele chama de Sociologia das Ausências e, como procedimento transgressor, propõe uma substituição das “monoculturas” nas ciências pelas cinco “ecologias” onde ele acredita inverter a situação criando possibilidade de que os ausentes se tornem presentes.

Na “ecologia dos saberes”, Boaventura Santos não se mostra contra a ciência, mas sim contra o poder hegemônico das ciências, e propõe uma nova visão onde o saber científico possa dialogar com o saber laico e o saber popular, com o saber místico ou o dos marginalizados. A segunda proposta é a “ecologia das temporalidades”, entendendo-se aqui que, além do tempo linear existe também outros tempos, como o sazonal, o dos antepassados, tempos que podem ser simultâneos, mas não contemporâneos, residual ou avançado. A terceira ecologia é a do reconhecimento, *na qual* se propõe uma descolonização das mentes entre o que é diferença ou apenas hierarquia. A quarta ecologia é a da transescala; é a articulação entre as escalas locais, nacionais e internacionais, muito importante nos trabalhos nas áreas sociais; e a quinta e última é a ecologia das produtividades que consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção e organização econômica como cooperativas operárias, economias populares, que a ortodoxia capitalista ocultou ou desacreditou. As ecologias, para se fazer presente os que estão ausentes, tentam aterrissar num futuro com muitas experiências que sejam relevantes e com utopias que sejam suficientes para desafiar a realidade que existe, mas concretas para se manterem firmes. Nas próprias palavras de Boaventura:

Não se trata de um futuro abstrato, é um futuro do qual temos pistas e sinais; temos gente envolvida, dedicando sua vida – muitas vezes morrendo - a essas iniciativas.(...) o que estou propondo é um duplo procedimento: ampliar o presente e contrair o futuro, por meio de procedimentos e ferramentas que estão sendo discutidas. Não estamos ainda abertos: hoje dizemos que outro mundo é possível, um mundo cheio de alternativas e possibilidades. (SANTOS, 2007.p.38)

Nesse ponto compreendemos a ligação da História Oral com a Educação Ambiental, pois as duas tomam para si os princípios das cinco ecologias. No quilombo os diversos saberes convivem através da memória das pessoas, o tempo é o da luta, das

festas de santos, mas também tem o tempo do mundo exterior. E as ecologias continuam, pois como pesquisadores devemos antes mudar nossas mentes de colonizadores, para que não sejam em nossas pesquisas, apenas projetadas de forma estereotipadas como coitadas as quilombolas, pois sofreram, mas a beleza do processo está na superação desse sofrimento através da sua luta. A ecologia da produtividade e da transescala se inclui na territorialidade e na forma de entendimento com o local em que essas mulheres vivem, a terra que pertence a elas e a qual elas pertencem. É isso que tentei entender e mostrar, por meio da História Oral, dentro da visão de Educação Ambiental, com as narrativas das mulheres de Mata Cavalo.

Ao todo foram entrevistadas 16 mulheres, de idades variadas. Entre as mais idosas está Dona Tereza com seus 72 anos a Líder do quilombo; a mais jovem foi Andréia com 22 anos, três na faixa dos 35 aos 45 anos, quatro com idades de 46 a 55 e sete entre 56 e 70 anos de idade. As idades aqui se configuram como um símbolo das gerações que se encontram e se complementam. Como no meu trabalho levantei como hipóteses os resquícios de memória das antigas quilombolas e com a emancipação feminina, é necessário entender como cada uma dessas mulheres pensa e sente o mundo, pois são de épocas diferentes, mas vivem no mesmo mundo, na mesma realidade que é o tempo linear como “ecologia das temporalidades”, mas que se concatena com o tempo sazonal, o tempo dos antepassados que só as mulheres mais idosas ainda guardam na memória, simultaneamente ao tempo da Andréia que, com seus 22 anos, se adentra na luta no tempo avançado, no tempo do reconhecimento.

Quando olhamos pelo viés da monocultura do produtivismo capitalista como nos sugere Boaventura Santos, só as mulheres que estão com idades abaixo dos 46 anos exercem atividades remuneradas fora de casa nas profissões de balconistas a professoras. As que estão com idades acima de 46 anos, já não trabalham fora, ou são aposentadas oficialmente ou apenas donas de casa não tendo nenhuma fonte própria de renda mensal.

Entretanto, pela ecologia da produtividade e da transescala, alternativamente, algumas dessas mulheres conseguem organizar seus orçamentos com seus trabalhos manuais, como crochês, pinturas em guardanapos e com a venda de doces caseiros típicos do estado de Mato Grosso, como furrundu, doce de mamão, doce de leite, de caju e de laranja.

Em nosso mundo, vivemos sobre a égide da monocultura do saber e do rigor científico, e se assim considerarmos, poderemos apontar que o grau de escolaridade entre essas mulheres é bem variado. Das que estão acima dos 55 anos apenas uma seguiu os estudos e terminou o que, antigamente se chamava de curso normal, Dona Tereza, se tornando professora muito cedo. As outras mulheres pouco tempo frequentaram a escola na infância, algumas nem mesmo foram alfabetizadas. Hoje em dia frequentam as aulas do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na escola do próprio quilombo.

As que estão na faixa etária entre 45 e 55 anos ou são professoras ou nunca estudaram e hoje frequentam o EJA. As que têm acima de 30 até 45 anos cursaram faculdade e são as professoras do quilombo. A mais jovem das entrevistadas iniciou uma faculdade, mas por motivo de gravidez parou os estudos, entretanto, é a que mais possui formação no que diz respeito às políticas quilombolas, pois participa de projetos para jovens quilombolas e já participou de estágios oferecidos pela Fundação Palmares nos Quilombos de Alagoas que serviram como troca de experiências.

Esses dados são importantes de serem explanados, pois eles aparecem nos resultados da pesquisa como uma situação de grande relevância. Tanto o fato de Dona Tereza a presidente do quilombo ter sido a primeira professora e de hoje em dia as

mulheres com mais idade voltar a estudar, tem influência e é influenciado pela atuação das mulheres no quilombo, Aqui também observamos o diálogo com uma das ecologias de Boaventura: a dos saberes, pois essas mulheres vivem no quilombo e estudam no EJA oferecido pela escola do quilombo com professoras que são nascidas e criadas ali mesmo e que não deixam em seus currículos o mundo apenas das letras, mas também o da luta e da identidade negra quilombola, como o saber popular de quem resiste e continuará a resistir.

Para fechar o ciclo das ecologias, elegi para a entrevista o princípio da ecologia do Reconhecimento para traçar o caminho que deveria seguir minha pesquisa, ressaltando as diferenças de mundo como as singularidades que deveriam ser respeitadas, no reconhecimento do próprio valor das histórias narrativas, não apenas como fatos contados, mas como fatos vividos. “Fazer a história é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado” (FREIRE, 2005. p.40).

Oportunizando assim também a compreensão de como essas mulheres enteragem com o meio ambiente e como percebem as mudanças que ocorreram ao longo dos anos. Num diálogo com sua experiência histórica, numa tentativa de reviver a tradição de interação e historicidade com a natureza do quilombo conforme, pois, “genuína é a experiência de nossa própria historicidade, assim a natureza não é dominada nem conquistada, mas vista e experienciada como parceira num diálogo mutuamente benéfico” (GRÜN, 2007,166).

E toda essa experiência de vida da Mulheres de Mata Cavallo pode se mostrar como base para uma educação vivenciada num conhecimento onde a natureza e a cultura caminham juntas para a sustentabilidade, ancoradas no reconhecimento de suas próprias narrativa.

1.1 As Narrativas das Mulheres: Território, Ambiente e Identidade

A terra não serve apenas para ser a ferramenta de subsistência, mas serve de território para se formarem como mulheres negras e quilombolas, que encontraram o seu lugar de verdade. E aqui apresento uma narrativa de Dona Tereza líder do quilombo que mesmo tendo dinheiro quis compra terra onde era o local do quilombo, para ilustra bem o sentimento de pertencer à história e ao território de Mata Cavallo,

Pergunta“*Já que a senhora tinha dinheiro porque não comprar em outro lugar, porque escolher aqui que só tinha briga?*”

Resposta Dona Tereza:“*Porque eu nasci aqui, quando eu vou lá para baixo, a tardizinha, lá onde fica a associação, era lá que eu morava, eu até posso ver as meninas que brincavam comigo lá, o rio que a gente banhava, meu avó tinha pé de laranja, e a gente ia chupar só que ele não gostava que cortasse a laranja ao meio se não o pé não dava mais.... Eu aprendi a ler aqui...vivi sempre aqui, e aqui ainda tem o sangue e o sofrimento dos escravos...*”

Compreendemos isso, que através de suas próprias narrativas, e que se estabelecem as relações de poder no quilombo, percebemos também como é importante a presença de Dona Tereza, por meio de sua memória histórica, seu aconselhamento e a sua visão do território.

E de que forma esse território e percebido e cuidado por essas mulheres? Dona Tereza narra que:

“*Quando eu era criança usava enxada para limpar o terreno as cercas eram de pau, não tinha cerca de arame, hoje eles derrubam com máquina. Antes era só corgo, Brumado, Mata Cavallo e Estiva, hoje eles fazem represa e o peixe não consegue subir, acabou o rio. O garimpo revirou todas as terras, antes a gente olhava para fora [aponta o fundo do próprio quintal] e era só babaçu, agora a gente olha e consegue até*

enxergar a luz das outras casas lá longe, destruíram todo o babaçu” (Dona Tereza, novembro 2010).

Em sua percepção Dona Tereza mostra as mudanças ambientais que tem ocorrido no quilombo durante a passagem dos anos com pesar. Apontando o que a incomoda. Hoeffel e Fadini (2007) caracterizam a percepção ambiental como uma atividade e um processo que:

envolve organismos e ambiente, e que é influenciada pelos órgãos dos sentidos – ‘percepção como sensação’, e por concepções mentais – ‘percepções como cognição’. Desta forma, idéias sobre o ambiente envolvem tanto resposta e reações a impressões, estímulos e sentimentos mediados pelos sentidos, quando processos mentais relacionados com experiências individuais, associações conceituais e condicionamentos culturais. Deste modo, as diferentes maneiras como os seres humanos compreendem e valorizam a natureza estão profundamente influenciadas por seus contextos culturais e as formas de compreender a natureza e as relações estabelecidas com o mundo não humano diferem amplamente entre culturas e momentos históricos e conceitos de natureza de forma radicalmente divergente (HOEFFEL & FADINI,2007.p.255).

Partindo desta reflexão acima, entendemos que Dona Tereza, narra o ambiente de acordo com seu contexto histórico, e dentro de sua relações estabelecidas e suas disputas com os fazendeiros. Ela aponta lembranças boas em oposição a realidades presentes que são ruins, como o passado dos quilombolas que limpavam o terreno com a inchada e conseqüentemente não desmatavam muito, os riachos que ela conhecia e a floresta de babaçu. Já a realidade presente que ela descreve é ruim como a cerca de arame, as represas, o garimpo, o desmatamento com máquinas, ela sutilmente se refere aos fazendeiros, pois quando ela diz *“agora eles derrubam com máquinas”* só eles tem condições econômicas de manter tratores, moto-serras, garimpos e fazer represas.

Dona Tereza apresenta ainda a percepção ambiental da natureza misturada com o Sagrado. Ela narra como antigamente se faziam orações para fazer chover.

Nos íamos rezar nos campos em setembro quando não tinha chuva, onde os homens estavam trabalhando, íamos com o santo, e cantávamos uma musica de nossa senhora.

Topei com a Senhora na Beira do Rio
Lavando os paninhos do seu Bento filho
Senhora lavava São José estendia
Menino chorava de frio que fazia
Não chore meu Menino que a
Faca que corte da um talho sem dor

Depois rezava o terço, às vezes a chuva pegava a gente no campo mesmo, e a gente voltava toda molhada (Dona Tereza novembro 2010).

Ainda hoje no quilombo rezar para chover é uma prática comum:
“Minha irmã faz novena para chover, quando está muito quente e empoeirado lá no final de agosto, mas se começa a chover demais ai faz novena para parar de chover. Eu já disse para ela que não pode rezar para tudo que quiser também” (IVONE, Novembro 2010).

Se aproximar da natureza pela forma sagrada é uma maneira de respeito e de mostrar que ainda existe o sentimento de pertencimento aquele território, pois as orações são ouvidas nas duas narrativas, na de Dona Tereza elas voltavam molhadas de chuva, e na narrativa da Ivone sua irmã tem que fazer outra novena para parar de chover. Sem entrar no mérito das orações, já que não é esse o caso aqui, mas sim o

sentimento de pertencer ao território, ele ganha o mérito de merecer que as orações sejam atendidas. Os campos por onde o Santo passa e faz chover, ou onde chove em demasia por causa da novena é a delimitação da terra dos quilombolas, as orações atendidas em forma de chuva limita o território, se chove no terreno é porque foram orações quilombolas que foram feitas, o território onde está chovendo então é quilombola. Para Sá (2005.p,252) “as mitologias e os rituais costumam expandir a capacidade da consciência ecológica que liga a sociedade e natureza e assim os humanos pertencem a mundo físicos mas ao mesmo tempo estão profundamente enraizados em outros universos culturais que abrem as portas para outros possíveis conhecimentos”.

Almeida (2004.p,25) lembra ainda que “existem fatores simbólicos de mobilização que dizem respeito aos seus valores evocativos”, e que em algumas comunidades de matriz africana, além do tombamento jurídico dos documentos do local, o santo protetor foi literalmente “plantado” no local, identificando como solo sagrado e para uso específico da terra para manter herbários medicinais e patrimônios dos recursos hídricos como cachoeiras usadas em cerimônias religiosas.

Além da percepção do presente entre as disputas com os fazendeiros e do sagrado, nessas duas narrativas percebemos também a presença da mulher. Segundo Dona Tereza sempre eram as mulheres que faziam essas orações. Hoje em dia apesar de não saírem em procissão pelo campo carregando são Benedito, ainda e muito mais marcante a atuação feminina na preocupação com o meio ambiente por parte da mulher do que do homem dentro do quilombo, pelo menos no que diz respeito a vida doméstica.

Eu tomo cuidado com os sacolinhas plásticas, lavo e uso de novo, não jogo muita coisa fora, meu marido por qualquer coisa ele põe fogo em madeira e lixo (Dona Ana Maria Dezembro 2010).

As mulheres do quilombo são mais atuantes nos universos domésticos que os homens, como na hora de fazer comida, cuidar da horta caseira, dos chás, da água e conseqüentemente da falta dela em casa, da lavagem de roupa e da limpeza da casa. Além de estarem mais presentes também no universo educativo, onde são debatidos temas referentes ao meio ambiente.

E por causa de seus afazeres doméstico as mulheres são chamadas por diversas vezes para participarem de cursos de mães com o tema “meio ambiente e saúde”, onde se discutem problemas como água, os perigos de sua contaminação para a saúde das crianças, o perigo da fumaça das queimadas, reaproveitamento dos alimentos, e até mesmo curso com visão de retorno econômico como aproveitamento de sementes para se fazer bijuterias. Nesses cursos sempre há toda a contextualização ambiental acrescida de novos conhecimentos objetivando o papel do curso, assim relacionando com a percepção que elas já tinham do meio ambiente. Assim elas tem chances de uma ampliação da dimensão ambiental, que não só a sagrada e histórica, mas também técnico, aumentando seu poder de discussão.

Os homens por sua vez são chamados a participarem de cursos referentes a manejo de gado, formação de granja, melhoramento de roças. Atividades ligadas ao agronegócio, e com a visão desenvolvimentista, que no seu âmago apenas os transforma em “peões” de fazenda, não transmitindo valores que promovam sua autonomia como cidadãos.

Sendo assim a percepção ambiental que a mulher de Mata Cavallo tem em relação ao ambiente é diferente do homem, pois, ela já dispunha do seu antigo legado sagrado, e seus sentidos e sua história e agora mais uma vez apreende acrescida por meio da educação formas de relacionar com esse meio ambiente. Além de trazer

também à tona as questões referentes às lutas pelo quilombo, as identidades e territorialidades.

A equação gênero e meio ambiente trouxe, ademais, questões criativas e provocadoras para o debate contemporâneo sobre crise de paradigma, ou seja, sobre o conhecimento ocidental, como a reterritorialização do espaço e do meio ambiente, referindo-se ao corpo, à saúde, à sexualidade, ao prazer e ao telúrico. Tal educação questiona sentidos da economia política para a igualdade de vida dos indivíduos, considerando a pluralidade de ser/estar neste mundo, ultrapassa célebres dicotomias entre indivíduos e sociedades e entre natureza e cultura, dicotomias tão caras ao pensamento ocidental, defendendo o equilíbrio dos direitos dos seres humanos sem em sua diversidade, e o direito à casa desses seres humanos, o seu corpo e o planeta (CASTRO & ABRAMOVAY.2005,p.38).

Isso não quer dizer que os homens não sejam integrados as questões ambientais e também não tenham suas percepções sobre o ambiente, mas essas questões estão mais próximas as mulheres, antes por serem questões de referências muitas vezes consideradas assuntos de mulheres, como casa, filhos, plantas e rezas e por serem elas que no dia a dia por lidarem com essas questões, de saúde, carências de alimentos e água que primeiro sentem a necessidade de mudar de hábitos e tomar novas atitudes em relação à natureza.

Esses novos hábitos e atitudes em relação à natureza, também permeiam a luta por melhores condições de vida no quilombo. E sem dúvida alguma um legado que Dona Tereza tenha deixado como educadora foi o caminho aberto para a formação de espaços de reivindicações para todas as causas, ela fez às vezes do que Paulo Freire chamou de “trabalhador social”, e que junto a sua comunidade é um agente provocador de mudança das estruturas sociais.

É necessário que o trabalhador social se preocupe com algo já enfatizado nessas considerações: que a estrutura social é obra dos homens e que se assim, for a sua transformação será também obra dos homens. Isto significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação. Tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objeto de atas contraditórios daqueles que mante-la como está e dos que pretendem transformá-la (FREIRE, p.26).

Alguns dos espaços para que as mulheres possam participar como agentes de mudança ou trabalhadores sociais, são os comitês e conselhos formados para assuntos referentes sobre o meio ambiente, isso porque em vista, da Conferência Mundial das Nações Unidas e a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, foi reconhecido nessas conferências e depois, passados oficialmente para documentos que havia a necessidade a participação da liderança de mulheres nas medidas estratégicas para uma nova ordem do meio ambiente, solicitando dos países a participação efetiva da mulher, na geração de conhecimentos e educação ambiental, e adoção de decisões e a gestão em todos os níveis.

Essa solicitação não só foi acatada pelo Brasil, como se transformou em obrigatoriedade nas instâncias de gestão de políticas públicas, sendo garantido o direito de assento a um representante de entidade de representação feminina nos comitês e conselhos gestores.

No que se tange ao meio ambiente a Leis Nacionais de Recursos Hídricos são claras em relação a essas normas de representação, e exigem que se tenha uma representante dessas instituições. Esse é um espaço que sem dúvida que a mulher de Mata Cavalo pode ocupar, já que participa de sua associação em defesa de suas terras, de sua família, de seu território e de sua história, por que não também abrir a porta para

um lócus de discussão do meio ambiente? Já que intrinsecamente estão todas essas características relacionadas.

A participação nesses espaços então passa também a ser um processo pedagógico que propicia não só a consciência ambiental, mas também a consciência de um ser pertencente ao mundo, pois “toda consciência é sempre consciência de algo, a que se intenciona. A consciência de si dos seres humanos implica na consciência das coisas, da realidade concreta em que se acham como serem históricos e que eles aprendem através de sua habilidade cognoscitiva” (FREIRE, 2001.p.171).

A consciência das mulheres de Mata Cavalo foi construída em grupo como quilombola dentro de uma realidade de sofrimento luta e esperança, e que muito ainda está por vir. Sem dúvida alguma Dona Tereza, foi uma moira contribui muito para essa história.

Referencias Bibliograficas

- CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. 2 ed. Ver. e ampl. .SP.Cortez. Brasilia Unesco.2005
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- GRÜN, Mauro. **Em Busca da Dimensão ética da Educação Ambiental**. Campinas.SP. Papyrus, 2007.
- HOEFFEL,João Luiz&FADINI, Almerinda A.B. *PERCEPÇÃO AMBIENTAL IN: : Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*. Volume 02 MMA. Brasília, 2007.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço de cidadania**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Historia oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Percursos e Reflexões**. . Sæculum - Revista de História, ano 14, n. 18 João Pessoa: UFPB, jan/jun. 2008.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. *A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental*. In: SATO, M. CARVALHO,I.(orgs) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática** 7 ed. São Paulo Cortez, 2009.
- SATO, Michelle. SANTOS, José Eduardo. *Tendências nas Pesquisas em Educação Ambiental*. in: NOAL, Fernando O. BARCELOS, Valdo H(orgs.). **Educação Ambiental e Cidadania: Cenários Brasileiros**. Santa Cruz do Sul.EDUNISC, 2003.
- SATO, Michele; PASSOS, Luiz Augusto. *De asas de jacarés e rabos de borboletas à construção fenomenológica de uma canoa*.in: SATO, M. CARVALHO,I.(orgs) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005.
- SATO, Michèle et alli.**Nossa Palavra e sim**. Revista de Educação.2008